



MEDIANEIRA - PARANÁ

Câmara Municipal de Medianeira

**Comissão Permanente de
Legislação, Justiça e Redação Final**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

RELATÓRIO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO N.º 032/2024

Autoriza o Executivo Municipal a proceder a ampliação do número de vagas para o cargo efetivo de professor de educação infantil, criado pela Lei n.º 824, de 12 de novembro de 2019, e dá outras providências.

Autoria: Executivo Municipal.

RELATORIA: Vereadora Ana Claudia dos Santos Lima.

I – ANÁLISE

Ao analisar a proposição, constatamos terem sido observados os requisitos constitucionais formais relativos à competência do Município em legislar sobre o tema proposto.

Quanto à constitucionalidade material, a proposição está em consonância com os princípios e regras constitucionais e infraconstitucionais.

No que concerne à técnica legislativa, a matéria obedece aos ditames da Lei Complementar n.º 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, elaboração e alteração das leis.

Portanto, à luz do disposto acima, não vejo nenhum óbice legal que impeça a tramitação desta matéria e sua votação no Plenário da Câmara.

É a análise.

II – VOTO DO RELATOR

Haja vista o que se acaba de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria em apreço, deixando para a douta Comissão de Finanças e Orçamento a análise quanto ao mérito.

É o meu voto. Salvo Melhor Juízo do Soberano Plenário.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2024.

Ana Claudia dos Santos Lima
Relatora

VB.



MEDIANEIRA - PARANÁ

Câmara Municipal de Medianeira

**Comissão Permanente de
Legislação, Justiça e Redação Final**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER N.º de 2024

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, na reunião deliberativa do dia 8 de maio de 2024, aprova o Relatório emitido pela Vereadora Ana Claudia dos Santos Lima, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao **Projeto de Lei do Executivo n.º 032/2024**, que autoriza o mesmo a proceder a ampliação do número de vagas para o cargo efetivo de professor de educação infantil, criado pela Lei n.º 824, de 12 de novembro de 2019, e dá outras providências.

Os membros da Comissão votaram da seguinte forma: Delcir Berta Aléssio: PELAS CONCLUSÕES DO RELATOR. Ivan Luis da Silva Redeloff: PELAS CONCLUSÕES DO RELATOR.

Este é o Parecer.

Salvo Melhor Juízo do Soberano Plenário.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2024.


Delcir Berta Aléssio
Presidente


Ivan Luis da Silva Redeloff
Membro

